



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

**Projeto de Lei nº 488, de 2011**

(Apensados: PL nº 4.494/2012, PL nº 3.576/2020 e PL nº 892/2021)

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, e dá outras providências.

**Autor:** SENADO FEDERAL - NEUTO DE CONTO

**Relator:** Deputado PEDRO WESTPHALEN

**I – RELATÓRIO**

O projeto em análise, de autoria do Senado Federal – Neuto de Conto, “*Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, e dá outras providências.*”

Segundo a justificativa do autor,

A rigidez com que a Previdência Social tem analisado o conceito de segurado especial, estabelecendo restrições e dificuldades para a fruição dos benefícios inerentes a essa condição, vem gerando injustiças e insatisfação entre os possíveis beneficiários. Esse tratamento chega a ser discriminatório, frustrando, de certa forma, o objetivo constitucional de garantir uma condição mais favorável, na legislação previdenciária, aos pequenos produtores rurais, garimpeiros, pescadores artesanais e assemelhados.

Nesse contexto legal, todos segurados especiais, quando exercem qualquer outra atividade remunerada eventual concomitante, urbana ou rural, tornam-se contribuintes obrigatórios da Previdência Social, passando a contribuir individualmente. Perdem, assim, a condição de segurado especial e, consequentemente, os benefícios vinculados ou garantidos para os contribuintes dessa natureza.

Ao projeto principal foram apensados:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

- PL nº 4.494/2012, de autoria dos deputados Marcon e Valmir Assunção, que *“Modifica a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991”*;
- PL nº 3.576/2020, de autoria do deputado Heitor Schuch, que *“Altera as Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, no que se refere ao enquadramento do segurado especial”*;
- PL nº 892/2021, de autoria do deputado Heitor Schuch, que *“Altera as Leis nº 8.212, e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para garantir o direito à solicitação do benefício como segurado especial aos produtores rurais que exploram a atividade de agroindustrialização da produção rural e sua comercialização.”*

O projeto tramita em regime de prioridade (art. 151, II, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, RICD), tendo sido distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); de Seguridade Social e Família (CSSF); de Finanças e Tributação (CFT); e, de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nessa ordem.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o colegiado concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 488/2011 e dos Projetos de Lei nºs 4.494/2012, 3.576/2020 e 892/2021, apensados, com Substitutivo, nos termos do parecer do relator.

Na Comissão de Seguridade Social e Família, a conclusão foi pela aprovação do Projeto de Lei nº 488/2011, do PL 4.494/2012, do PL 3.576/2020 e do PL 892/2021, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CTASP.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 24/08/2023 19:13:36.927 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 488/2011

PRL n.1

## II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT define que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, § 1º, da NI/CFT define como compatível *“a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor”*, e como adequada *“a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”*.

Da análise dos projetos de lei e do Substitutivo adotado na CTASP, verificamos que eles buscam alterar as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para ampliar as hipóteses do direito à manutenção da condição de segurado especial, bem como possibilitar a solicitação desse benefício.

O projeto principal, PL 488/2011, estabelece nova hipótese de manutenção da condição de segurado especial, que corresponde ao exercício de atividade remunerada como membro da administração, do conselho fiscal ou de outros órgãos de cooperativa rural ou de pescadores artesanais da qual seja associado, desde que o exercício dessa atividade não exceda o período de 4 anos. Acrescenta que a contribuição social incide sobre a remuneração devida pelo exercício de tal atividade.

Dessa forma, o contribuinte do regime geral de previdência social contribui com base no resultado da comercialização da produção para manter a condição de segurado especial e, adicionalmente, como contribuinte individual com base na retribuição percebida pelo exercício de atividade remunerada na cooperativa.

\* C D 2 3 6 6 4 0 2 4 3 7 0 0 \*





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Comissão de Finanças e Tributação**

Apresentação: 24/08/2023 19:13:36.927 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 488/2011

**PRL n.1**

O PL 4.494/2012 altera a redação de dispositivos legais para dispor que a associação em cooperativa agropecuária, cooperativa de produtores ou cooperativa de produção de que trata a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, não descaracteriza a condição de segurado especial.

A legislação em vigor prevê tal situação apenas para a associação em cooperativa agropecuária e de crédito rural, sendo esta última incluída pela Lei nº 13.183, de 4 de novembro de 2015. Nos demais casos, o segurado é considerado contribuinte individual.

Na mesma linha, o PL 3.576/2020 e o Substitutivo adotado na CTASP modificam comandos legais para ampliar hipóteses de manutenção da qualidade de segurado especial. De acordo com a primeira proposição, a associação em cooperativa de produção, de crédito, de eletrificação ou de outro ramo não descaracteriza a condição de segurado especial. O Substitutivo, por sua vez, propõe que a associação em cooperativa, exceto a de trabalho, não descaracteriza a condição de segurado especial.

Tais proposições acrescentam também que, se o associado exercer atividade remunerada como membro da administração, do conselho fiscal ou de outros órgãos das referidas cooperativas, a sua condição de segurado especial é mantida. Contudo, incide contribuição social sobre o valor percebido pelo exercício dessas atividades. Isso significa que, nessa situação, o segurado do regime geral de previdência social será contribuinte individual com base na retribuição pelas atividades prestadas à cooperativa e, ainda, contribuirá com base no resultado da comercialização da sua produção para manter a condição de segurado especial.

O PL 892/2021 propõe alterações nas Leis nºs 8.212/1991 e 8.213/1991 para garantir o direito à solicitação do benefício como segurado especial aos produtores rurais que exploram a atividade agroindustrial da produção rural e sua comercialização. O projeto de lei inova ao propor que a incidência do IPI sobre o produto das atividades desenvolvidas com a utilização de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal não descaracteriza a situação de segurado especial. Além disso, o projeto de lei em comento visa ampliar o conceito

\* C D 2 3 6 6 4 0 2 4 3 7 0 \*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 24/08/2023 19:13:36.927 - CFT  
PRL 1 CFT => PL 488/2011

PRL n.1

legal de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, incluindo o produtor rural como pessoa jurídica e admitindo o uso de novas técnicas de processamento e a incidência do IPI.

Logo, as proposições em comento ampliam o leque de possibilidades para a manutenção da qualidade de segurado especial ou de se tornar um. No entanto, isso não quer dizer que elas acarretem repercussão direta ou indireta na receita ou despesa pública.

A decisão de se tornar um contribuinte do regime geral de previdência social como segurado especial ou contribuinte individual depende de vários fatores, cuja análise deve avaliar a maximização de seus próprios interesses e benefícios de longo prazo. Nesse sentido, algumas condições são levadas em conta, como o exame da relação custo-benefício da filiação ao regime geral de previdência social, das alternativas disponíveis no mercado e da estabilidade e confiabilidade do regime geral de previdência social.

Além disso, se a pessoa já é segurada, ela poderá avaliar as consequências do abandono do regime geral da previdência social ao passar da condição de segurada especial para contribuinte individual. Essa análise pode incluir a perda de direitos adquiridos, benefícios futuros reduzidos ou a necessidade de buscar outras formas de proteção social e segurança financeira.

Assim sendo, ainda que se argumente que as proposições podem demandar algum tipo de dispêndio por parte do Governo Federal ou redução de receita pública, elas não atribuem dados objetivos para a execução, cabendo ao Poder Executivo tão somente adotar iniciativas adequadas à sua capacidade de comprometimento orçamentário e financeiro. Dessa forma, torna-se aplicável o art. 32, X, "h", do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *"importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública"* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e

\* C D 2 3 6 6 4 0 2 4 3 7 0 \*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve *“concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.”*

Em face do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 488, de 2011, dos apensados (PL 4.494/2012, PL 3.576/2020 e PL 892/2021) e do Substitutivo adotado na CTASP.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputado PEDRO WESTPHALEN

Relator

